

HABEAS CORPUS Nº 480.246 - SP (2018/0310690-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : ALAN EDER DE PAULA
ADVOGADO : ALAN EDER DE PAULA - SP390973
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELIAS HENRIQUE SOARES SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de ELIAS HENRIQUE SOARES SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2208606-72.2018.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado e preso cautelarmente pela suposta prática das condutas descritas no art. 157, § 2º, incisos I e II, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, bem como no art. 157, § 2º, incisos I e II, por duas vezes, na forma do art. 70, ambos do mesmo diploma legal, e no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nos termos da peça acusatória, o paciente, previamente ajustado, com unidade de desígnios e divisão de tarefas, com o menor F. D. M. DOS S. e pelo menos dois outros comparsas não identificados, tentou subtrair, em proveito comum, mediante violência e grave ameaça de morte, exercidas com emprego de arma de fogo, coisa alheia móvel de interesse patrimonial, em prejuízo da vítima Norma Calixto de Souza, somente não conseguindo a consumação da violenta subtração por circunstâncias alheias à sua vontade, tendo em vista que a vítima reagiu. Além disso, que no dia 19 de fevereiro de 2017, o paciente, previamente ajustado, com unidade de desígnios e divisão de tarefas, com o menor F. D. M. DOS S. e pelo menos dois outros comparsas não identificados, mediante uma só ação, subtraiu, em proveito comum, mediante violência e grave ameaça de morte, exercidas com emprego de arma de fogo, coisa alheia móvel consistente em documentos pessoais, cartões bancários, talonário de cheque, a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em prejuízo da vítima Sinuhe da Silva Vieira, e aparelho celular SAMSUNG GALAXY, em prejuízo da vítima Maria Helena Miranda.

Buscando a revogação da prisão preventiva, impetrou a defesa *habeas*

corpus no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Entretanto, em sessão de julgamento realizada em 25 de outubro de 2018, os desembargadores integrantes da Décima Terceira Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, denegaram a ordem.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a defesa que tanto "*a representação pela decretação da prisão preventiva, quanto a decisão que a decretou, não estão ancoradas em qualquer prova ou fato concreto que levasse a ilação de que a medida extrema fosse necessária, pois a decisão abjurada foi editada com singelos e perfunctórios argumentos*" (e-STJ fl. 5). Destaca que o paciente não ostenta antecedentes, comprovou nos autos possuir residência fixa e ocupação lícita, assinalando, nesse contexto, a desproporcionalidade da custódia cautelar. Diante disso, pede, liminar e definitivamente, a revogação da prisão preventiva, com a correspondente expedição de alvará de soltura.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 195/197).

Informações prestadas às e-STJ fls. 201/224 e 227/242.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 244/248).

É, em síntese, o relatório.

A presente impetração perdeu seu objeto, pois em consulta ao *site* do Tribunal de origem, constata-se que foi prolatada sentença absolutória em favor do paciente, no dia 11/12/2018, determinada, por conseguinte, a expedição de alvará de soltura.

Ante o exposto, **julgo prejudicado o *habeas corpus***.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator